

HABEAS CORPUS Nº 515.450 - MS (2019/0168194-3)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CACILDA KIMIKO NAKASHIMA - MS003840B
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : SILVIO RODRIGUES DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de SILVIO RODRIGUES DOS SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, proferido na Apelação n. 0001596-92.2013.8.12.0021, assim ementado:

"APELAÇÃO CRIMINAL – FURTO QUALIFICADO E FALSA IDENTIDADE – ABSOLVIÇÃO – MATERIALIDADE E AUTORIA DEMONSTRADAS – ATIPICIDADE DO DELITO DO ARTIGO 307, DO CP – REJEITADA – CONSERVADA QUALIFICADORA DO ARTIGO 155, § 4º, I, DO CP – PREPONDERÂNCIA DA ATENUANTE DA CONFISSÃO COM A AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA – COMPENSAÇÃO MANTIDA – RECURSO IMPROVIDO Considerando os depoimentos, a confissão e o fato de os bens furtados terem sido encontrados na posse do agente, não há falar em absolvição dos delitos de furto e falsa identidade, já que as provas são uníssonas a apontar a autoria e a materialidade.

O agente identificou-se perante a autoridade policial como terceira pessoa, ainda que com a finalidade de evitar o cumprimento de mandado de prisão existente contra si, subsumindo sua conduta ao delito do artigo 307 do Código Penal, não havendo falar em atipicidade.

O exame pericial não é o único meio de prova capaz de demonstrar a qualificadora do rompimento de obstáculo, podendo ser comprovada através de outras provas judiciais, como a testemunhal.

A confissão e a reincidência são circunstâncias de natureza subjetiva concernentes a personalidade do agente, restando cabível a compensação na segunda fase da dosimetria da pena." (fl. 210)

Os embargos infringentes a seguir opostos foram rejeitados, por acórdão que recebeu o seguinte sumário:

"EMBARGOS INFRINGENTES EM APELAÇÃO CRIMINAL - FALSA IDENTIDADE E FURTO MEDIANTE ROMPIMENTO DE OBSTÁCULO - AUSÊNCIA DE PERÍCIA - OUTROS ELEMENTOS DE PROVA QUE SUPREM A INEXISTÊNCIA DO LAUDO - QUALIFICADORA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO.

A par do artigo 158 do Código de Processo Penal, o artigo 182 do mesmo Codex, prevê que o juiz não está adstrito ao laudo. Assim, na interpretação sistêmica das normas, à prova pessoal e material deve-se dar idêntico valor dentro das circunstâncias do caso concreto em análise. Tanto é assim que o artigo 155 da Lei Adjetiva, assegura a adoção da livre convicção ou da persuasão racional, que não estabelece valor entre as provas, de forma que nenhuma prova se sobressai a outra. Ainda que inexista laudo pericial, a situação inexige preparo técnico específico, uma vez que a verificação da ocorrência de rompimento de obstáculo, consubstanciada no arrombamento do portão e quebra do vidro da porta dos fundos, é visível, circunstância de fácil constatação, não exigindo conhecimentos específicos.

Com o parecer, embargos não acolhidos." (fl. 243)

Na presente impetração, busca a defesa o afastamento da qualificadora prevista no inciso I do § 4º do art. 155 do Código Penal – rompimento de obstáculo –, em virtude da ausência de laudo pericial.

Requer em liminar a suspensão dos efeitos do acórdão impugnado.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise

do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Ministério Público Federal.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Devidamente instruído, encaminhem-se os autos ao *Parquet* para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

